

Cuba, a revolução traída?

Atravessamentos discursivos e simbólicos sobre a Revolução Cubana em *O Globo* e *Folha de S. Paulo* (décadas de 1960 e 1990)



Ilustração de Edmund S. Valtman, de 1961, fotografia (detalhe).

Rosana Berjaga Méndez

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). rosynobrasil@gmail.com

Wanderley Anchieta

Doutor e pós-doutorando em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). wya@outlook.com

Cuba, a revolução traída? Atravessamentos discursivos e simbólicos sobre a Revolução Cubana em *O Globo* e *Folha de S. Paulo* (décadas de 1960 e 1990)

Cuba, the forsaken revolution? Discursive and symbolic engagements with the Cuban Revolution in O Globo and Folha de S. Paulo (1960s and 1990s)

Rosana Berjaga Méndez

Wanderley Anchieta

RESUMO

Este artigo analisa como a mídia tradicional brasileira, especificamente os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, abordou o contexto histórico e criou uma narrativa consensual sobre Cuba e sua Revolução. Destacamos duas inflexões temporais principais: uma no fim dos anos 1950, com a ruptura de Cuba com os EUA durante a Guerra Fria, e outra na década de 1980, enfatizando o isolamento e “envelhecimento” de Cuba diante da globalização. A narrativa brasileira sobre o país cubano oscilou entre a celebração do triunfo revolucionário e críticas à sua estagnação pós-1980, coincidentes com o retorno à democracia no Brasil e a ascensão de novos atores políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Cuba; imprensa brasileira; Guerra Fria.

ABSTRACT

This article analyzes how the traditional Brazilian media, specifically the newspapers *O Globo* and *Folha de S. Paulo*, conveyed the historical context and created a consensual narrative about Cuba and its Revolution. We highlight two main temporal inflections: one at the end of the 1950s, with Cuba's break with the US during the Cold War, and another in the 1980s, emphasizing Cuba's isolation and “aging” in the face of globalization. The Brazilian narrative about Cuba oscillated between celebrating the revolutionary triumph and criticizing its post-1980 stagnation, coinciding with Brazil's return to democracy and the rise of new political actors.

KEYWORDS: Cuba; Brazilian press; Cold War.



*Todas as orações, no que se escreve sobre Cuba,
têm cláusulas restritivas, a favor ou contra.*
Antônio Callado, prefácio de *A ilha*¹

A Revolução Cubana marcou um ápice de tensão nas esferas políticas brasileiras. Em um primeiro momento, a vitória dos guerrilheiros comandados por Fidel Castro foi acolhida com empatia e celebrada como uma referência, por exemplo, na Câmara dos Deputados, como atesta o discurso de Josué

¹ CALLADO, Antônio. Prefácio. In: Moraes, Fernando. *A ilha*: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro. 18. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981, p. XX.

de Castro² que trazia à tona a necessidade de continuar com a luta pela emancipação econômica e política da América Latina e do próprio Brasil. Por outro lado, o posicionamento cada vez mais radical da Revolução acarretava questionamentos da elite política brasileira, inserida em um cenário geopolítico onde o Brasil e os Estados Unidos possuíam papéis bem definidos.

A discussão reverberava no Congresso Nacional brasileiro, em dezembro de 1960. Até então, Cuba já havia nacionalizado mais de 380 grandes empresas estrangeiras, dentre as quais as de telefonia e de eletricidade, bem como as dos setores petrolíferos e de produção de açúcar. As estatizações tinham contribuído para atizar as tensões com os Estados Unidos, iniciadas de forma aberta com a promulgação da Lei de Reforma Agrária (maio de 1959), responsável pela erradicação do sistema latifundiário na ilha.

O rápido distanciamento da política cubana do núcleo de influência estadunidense começava a preocupar o político “progressista” Josué de Castro, que, concebendo o Brasil como “líder natural do concerto dos países americanos”³, criticava os Estados Unidos (EUA) por ter se posicionado como metrópole no passado e esquecer de sua função de “protetor” das Américas, compromisso assumido através da doutrina Monroe (1923) e de sua enunciação do pan-americanismo – à época, descrito como um conceito maior e mais abrangente que incluía o latino-americanismo. A figura da potência norte-americana exercia um grande peso nos debates relacionados à independência e liberdade no continente, atrelado a toda sua narrativa histórica ex-colonial. Essa visão “anti-europeia”, aliás, ganhou novos matizes a partir da polarização que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao início da Guerra Fria.⁴

O distanciamento dos Estados Unidos levaria Cuba a se inserir em um mercado externo estrategicamente perigoso e afastado dos supostos interesses pan-americanos. A intolerância a essa postura cubana tinha ficado clara na Sétima Reunião dos Chanceleres da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em 2 de agosto de 1960, na Costa Rica, quando o secretário de Estado estadunidense, Christian Herter, se referiu a ajuda das repúblicas soviéticas aos cubanos como uma intervenção estrangeira na América. Conforme Herter⁵, ao aceitar essa assistência, Cuba se tornava, de maneira implícita, uma plataforma para a disseminação das ideologias comunistas, para incentivar infiltrações, subversões e interferências nos assuntos internos de toda a América Latina. Por conseguinte, o país foi instado a romper imediatamente os laços com os soviéticos, sob ameaça de sanções. Conhecida como Primeira Declaração de Havana (datada de setembro de 1960)⁶, a resposta da parte cubana não só explicitou sua rejeição à doutrina Monroe, como implicou, dois

² Ver CASTRO, Josué de. Discurso na Câmara de Deputados. *Diário do Congresso Nacional* (Seção I), ano XV, n. 209, Brasília, 1960.

³ *Idem, ibidem*, p. 8974 e 8975.

⁴ Tal postura discursiva se explicitou, por exemplo, na fala do presidente John Kennedy, de 13 de março de 1961, para o corpo diplomático latino-americano nos Estados Unidos. Consultar *Alianza para el progreso: documentos básicos*. 1961. Disponível em <<https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1964-ALPRO-JFK.html>>. Acesso em 8 abr. 2024.

⁵ Cf. as atas da VII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. 1960. Disponível em <<https://www.oas.org/consejo/sp/RC/Actas/Acta%207.pdf>>. Acesso em 2 jan. 2024.

⁶ Documento político disponível em <http://media.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2017/09/primeradeclaracion_habana_2-09-1960.pdf>. Acesso em 2 jan. 2024.

anos mais tarde, a saída de Cuba da OEA. Diante desse quadro, estaria a ilha sendo obrigada a seguir o curso do comunismo ou era Fidel que deliberadamente direcionava o país ao encontro do regime vigente no Leste Europeu? Nessas circunstâncias, criaram-se condições para a radicalização do processo revolucionário cubano.

Neste artigo, abordamos como a mídia tradicional do Brasil se colocou diante dessa nova realidade emergente e como parece ter sido criada, uma das formações discursivas mais consensuais sobre Cuba e sua Revolução. Desenvolvemos a premissa de que os posicionamentos hostis ao novo regime político-social cubano mostram duas inflexões temporais principais. A primeira delas está alinhada com o triunfo da Revolução no fim da década de 1950, quando, em pleno auge da Guerra Fria, Cuba rompeu seu vínculo com os Estados Unidos e começou seu processo de aproximação das repúblicas soviéticas, ameaçando trazer o comunismo para a América. A segunda aconteceu após a segunda metade dos anos 1980, momento em que se retomou o discurso sobre o isolamento e “envelhecimento” de Cuba, devido à sua suposta incapacidade de se adequar aos padrões de globalização e de progresso reavivados na época, bem como se potencializou o uso de personagens cubanos que legitimassem o discurso anticastrista. Esse período, por sinal, coincidiu com o restabelecimento do regime democrático no Brasil e ascensão de novos atores políticos.

Nossa discussão toma como ponto de partida o posicionamento dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Originada na década de 1920, a *Folha*, especialmente nos anos 1970 e 1980, se transformou em um dos principais veículos da grande imprensa brasileira, no rastro de seu engajamento na luta pela democratização do Brasil, depois de haver apoiado o golpe de 1964. *O Globo* também foi fundado na década de 1920 e se manteve politicamente muito ativo no cenário nacional desde então, com a adoção de uma pauta bastante conservadora, convertendo-se, sob vários aspectos, numa espécie de braço auxiliar da ditadura militar. Além do mais, ambas as redações vivenciaram de perto o período da “modernização autoritária”⁷, no que se refere aos processos de incorporação de novas técnicas de redação, políticas editoriais e projetos gráficos inspirados no modelo do jornalismo norte-americano. Essas mudanças visavam profissionalizar o jornalismo, afastando-o das práticas amadoras e do improvisado que predominavam anteriormente. No entanto, essa modernização foi autoritária porque ocorreu sob a tutela do regime militar, que impôs uma série de restrições à liberdade de imprensa e estimulou a autocensura. Essa “aliança” (relativa ou não) entre mídia e governo resultou em um crescimento significativo para os principais conglomerados de comunicação, que se beneficiaram de incentivos econômicos e políticos.

Neste texto, com base no acesso ao acervo dos dois jornais, foram revistas matérias publicadas nas seções de notícias internacionais, política, colu-

⁷ BONSANTO, André. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, 1964-2014. *Opinião Pública*: Revista do Cesop, v. 25, n. 3, Campinas, 2019. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912019253472>>. Acesso em 5 jun. 2024. Ver ainda ALBUQUERQUE, Afonso de e ROXO DA SILVA, Marco Antônio. Preparados, leis e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil. *E-Compós*, v. 9, Brasília, 2007. Disponível em <<https://bit.ly/2KJfDdP>>. Acesso em 14 jul. 2023.

nas de opinião e declarações oficiais, resultantes das buscas “Cuba”, “Revolução Cubana” e “Fidel Castro”. A análise de alguns desses materiais responde a demandas mais específicas, que coincidem com episódios de tensão política, como a crise dos mísseis e a queda do campo socialista, por exemplo. De forma geral, é possível perceber em ambos os veículos que, na medida em que a Revolução Cubana foi definindo um perfil mais radical, observou-se um deslocamento discursivo, que passou de uma postura mais “imparcial”, caracterizada por manchetes diretas, notas de agências de imprensa e poucos juízos de valor, a uma hostilidade gradativa e tratamento hiperdimensionado como ameaça, consolidado após a ruptura de relações diplomáticas do Brasil com Cuba, em 1964; e, finalmente, a um estado de distorção da realidade e um certo apelo compassivo.⁸ Entre os documentos coligidos para evidenciar tais fatos, nós nos valeremos dos editoriais desses jornais – não assinados justamente para assinalarem sua posição oficial⁹, que, mesmo de maneira velada, expõem os interesses e as opções ideológicas a que se agarram.

Nossa pesquisa acabou por convergir com os resultados apresentados por Cotrim¹⁰, ao enfatizar que o tema Cuba é inserido, na maior parte das vezes, diretamente em função da sua relação conflituosa com os Estados Unidos, assim como que o tratamento noticioso da realidade cubana é frequentemente reduzido à imagem de Fidel Castro. E tudo isso, como veremos, nos conduzirá a repensar conceitos como autoridade jornalística e democracia.

Uma época, uma América, uma imprensa

A conjuntura que caracterizou a chegada dos guerrilheiros ao poder estatal em Cuba esteve marcada pela efervescência das visões da Guerra Fria, que dividiu o mundo em dois polos conflitantes de influência política, econômica e ideológica. De um lado, o estadunidense, pretendo representante da “democracia”, e, de outro, o soviético, encarnando o autoritarismo e a restrição das liberdades individuais.¹¹ Com esse pano de fundo, as posturas regio-

⁸ Cf. WASSERMAN, Claudia. Historiografia sobre a Revolução Cubana no Brasil. *História Caribe*, n. 12, Barranquilla, 2007. Disponível em <<https://bit.ly/2Z1jT1b>>. Acesso em 14 ago. 2023.

⁹ A propósito, “o jornalista Cláudio Abramo [...] afirmava que ‘o equívoco que existe entre os jornalistas é considerar que a grande imprensa possa ir além daquilo que é o seu papel histórico’. Para o reformulador do *Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo* nos anos 1960 e 1970, liberdade de imprensa é, antes de qualquer coisa, liberdade da empresa jornalística. ‘A grande imprensa, como já está definida pelo nome, é ligada aos interesses daquela classe que pode manter a grande imprensa. Na medida em que essa classe está em contradição com a conjuntura nacional, os jornais podem exercer um papel de esclarecimento’ da opinião pública. ... ‘Mas é preciso não esquecer’, lembra Abramo, ‘que esse esclarecimento vai até o nível dos interesses da própria grande imprensa. Ela tem interesses peculiares, pertence a pessoas cujos interesses estão ligados a um complexo econômico, político e institucional’”. MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 204.

¹⁰ Ver COTRIM, Amanda Barbosa Xavier. *Os discursos sobre Cuba: imprensa, vozes e memória* (da atualização do modelo econômico à retomada das relações diplomáticas com os EUA: 2011/2015). Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Unicamp, Campinas, 2016, p. 86-96.

¹¹ Durante o período aqui analisado, as noções de democracia, autoritarismo e liberdades individuais foram frequentemente polarizadas pela mídia para consolidar narrativas geopolíticas. Nos EUA, a democracia era caracterizada por eleições regulares e garantias constitucionais de liberdades, no âmbito do sistema representativo liberal, mas sofria contradições como a discriminação racial e perseguições políticas, como exemplificara o macarthismo. Já a URSS era vista como autoritária devido ao controle estatal e à repressão a dissidentes, mas promovia direitos sociais como saúde e educação, argumentando que esses eram essenciais para a verdadeira liberdade e igualdade. A simplificação dessas noções servia à propaganda de ambos os lados, ocultando a complexidade de cada sistema. Problematizar essas visões revela que ambas as

nais sobre o avanço da Revolução Cubana começaram a oscilar entre a veneração e a demonização.¹²

Essa polarização simplificadora era intencional e fazia parte da tática da guerra híbrida, cujas ações tinham por objetivo último o domínio sociopsicológico do público-alvo estratégico. Essas ações são convencionalmente denominadas como operações psicológicas¹³ e incluem, por exemplo, o terrorismo, a propaganda e a desinformação. A guerra híbrida é travada através da indução ou manipulação das emoções, julgamentos e comportamentos. A tática da distorção informativa, que se utiliza de hipérboles e medos basais em suas formulações textuais, é um dos muitos nomes pelos quais podemos pensar e refletir sobre o conceito de desinformação – informações formuladas com a patente intenção de enganar e controlar emoções.¹⁴ Essa guerra tem efeitos palpáveis. Ela, por exemplo, financiou vários meios de comunicação para a divulgação de fatos distorcidos sobre a Revolução Cubana, sendo responsável, dentre outras muitas consequências, pela migração de mais de 14 mil crianças de Cuba para os Estados Unidos, êxodo massivo conhecido como Operação Pedro Pan.

Esses fragmentos de informações contorcem aspectos de modo hiperbólico a fim de maximizar seus efeitos retóricos. Desse modo, vemos, na figura 1, publicada no jornal *The Hartford Times*, apenas alguns meses após a declaração do caráter socialista da Revolução Cubana, um indício das estratégias narrativas que começaram a ocupar cada vez maior espaço nos jornais americanos, a partir da linha discursiva implementada pelo governo dos EUA. Uma política de guerra híbrida e difusão do medo, além da reinterpretação dos heróis da independência latino-americana¹⁵, começou a ganhar força nas esferas políticas e midiáticas norte-americanas, com o objetivo de atingir o povo cubano e os demais países da América Latina. A simbologia veiculada através da figura do cartunista Edmund S. Valtman busca dialogar diretamente com o Brasil, e adquire ainda mais relevância quando legitimada ao ser declarada vencedora do Prêmio Pulitzer, um ano após sua publicação.

Como já mencionamos, a insurreição liderada por Fidel Castro foi recebida inicialmente, em áreas “progressistas”, como um novo impulso nacionalista e um passo decisivo em prol das democracias sociais.¹⁶ No entanto, a declaração de Cuba como nação socialista, em abril de 1961¹⁷, colocou um sinal

superpotências usavam narrativas para justificar suas políticas, criando uma percepção dicotômica e polarizada do real amplamente disseminada pela mídia.

¹² Cf. WASSERMAN, Claudia, *op. cit.*

¹³ Cf. NARULA, Sunil. Psychological operations (Psyop): a conceptual overview. *Strategic Analysis*, v. 28, n. 1, London, 2004. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/09700160408450124>>. Acesso em 12 ago. 2023.

¹⁴ Cf. LINDEN, Sander van der. Misinformation: susceptibility, spread, and interventions to immunize the public. *Nature Medicine*, n. 28, New York, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.1038/s41591-022-01713-6>>. Acesso em 8 fev. 2024.

¹⁵ Cf. KENNEDY, John Fitzgerald. Discurso del Presidente Kennedy sobre América Latina, Washington DC, 13 mar. 1961. *Alianza para el progreso*. Documentos básicos. 1961. Disponível em <<https://bit.ly/2z9q2Jm>>. Acesso em 18 ago. 2023.

¹⁶ Cf. PASSOS, Luís Carlos dos e LIEBEL, Vinicius. A Revolução Cubana e sua recepção: imprensa e academia. *Revista Contemporânea*, ano 8, n. 8, v. 2, Niterói, 2015. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10923/8425>>. Acesso em 15 ago. 2023.

¹⁷ A declaração do caráter socialista da Revolução aconteceu durante o enterro das vítimas dos bombardeios, prévios à ação militar norte-americana em território cubano, conhecida como “invasão a Playa Girón”.

de alerta para as elites pan-americanas, que – alimentadas pelos EUA – já olhavam a ilha com algum receio e começavam a enxergar nela uma potencial porta de entrada para o comunismo no continente. A disputa por espaços de dominação, que levou os Estados Unidos a financiarem e darem apoio estratégico a vários golpes de Estado no continente latino-americano, teve um parceiro estratégico na imprensa e na utilização do jornalismo como veículo de denúncia e defensor dos ideais da “democracia ocidental” ou do regime representativo de corte liberal.



Figura 1. “O que você precisa, cara, é de uma Revolução igual à minha”. Ilustração de Edmund S. Valtman. *The Hartford Times*, Hartford, 31 ago. 1961.

Esse contexto se caracterizou também por um certo acomodamento das políticas internas e externas do Brasil aos padrões norte-americanos e, com isso, pela aceitação da URSS como o novo inimigo dos “cidadãos do mundo livre”. Na revisão que Takacs¹⁸ realiza sobre as teorias do macarthismo, no período da Guerra Fria, fica claro que a postura parecia coerente à época, quando o “ser cidadão” e o “ser camarada” – termo usado nos países socialistas para se referir a outros cidadãos e/ou colegas de trabalho – foram situados como opostos. Enquanto o primeiro significava “abraçar as noções de liberda-

¹⁸ Ver TAKACS, Stacy. The US military as cold war programmer. *The Journal of Popular Culture*, v. 50, n. 3, Hoboken, 2017. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jpcu.12549>>. Acesso em 10 ago. 2023.

de, responsabilidade e filiação voluntária (ou de pertencimento)”¹⁹, o segundo implicava doutrinação e obediência. Essa visão teve seu reflexo na produção noticiosa dos jornais brasileiros²⁰, inseridos, então, no seu próprio processo interno de transformação.²¹

O pesquisador Afonso de Albuquerque²² sustenta que foi com a *Folha de S. Paulo*, a partir da reforma da década de 1980, que a imprensa nacional se apresentou como projeto político definido, com a missão explícita de modular a opinião pública e atingir valores sociais sedimentados. Entretanto, na abordagem da temática de Cuba, mesmo em 1960, já se pode vislumbrar o intuito das empresas midiáticas de se construir e se fortalecer como intérpretes legítimas do debate público nacional²³ e defensoras dos valores cidadãos. No caso, o debate veiculava a leitura de que a Revolução Cubana – e, portanto, Fidel –, ao romper com os EUA teria traído a promessa e a expectativa da afirmação democrático-liberal (entenda-se, de uma democracia capitalista ou burguesa) na região pan-americana.

Esse posicionamento dos jornais defende uma hegemonia simbólica como criadora e guardiã de significados no espaço público – perante leitores e agentes governamentais –, questão que irá se perfilar com a ascensão da *Folha de S. Paulo* como agente político, como propõe Albuquerque.²⁴ Foi esse lugar de enunciação das interpretações e “verdades” sobre Cuba que se tornou senso comum na sociedade brasileira.

O Globo e o argumento da revolução traída

A produção de matérias sobre a ilha cubana no jornal *O Globo* passou de pouco mais de 4 mil, nos anos 1950, a mais de 13 mil na década seguinte, o que mostra uma preocupação do veículo com a evolução do processo revolucionário. Do que se publicou nos anos 1960, quase a metade foi produzida até 1964, com destaque para 1961, quando se anuncia o caráter socialista de Cuba, e 1962, data da crise dos mísseis, que envolvia as duas mais importantes potências da Guerra Fria. Apesar de grande parte das matérias relacionadas a temas de política cubana apresentarem muita adjetivação e juízos de valor, não consta nos arquivos a publicação de páginas de opinião durante essa primeira década. Dos jornais analisados, *O Globo* parece haver sido o primeiro a definir um discurso abertamente hostil à Revolução Cubana, linha que se manteve relativamente estável no decorrer dos anos.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 9.

²⁰ Cf. SOTANA, Edvaldo Correa. O início da Guerra Fria nas páginas da imprensa escrita brasileira (2346-2349). *Diálogos*, v. 18, n. 1, Maringá, 2014. Disponível em <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35956/18577>>. Acesso em 9 ago. 2023.

²¹ Cf. SILVA, Marco Antônio Roxo da. *Jornalistas para quê?: militância sindical e o drama da identidade profissional*. Tese (Doutorado em Comunicação) – UFF, Niterói, 2007.

²² Ver ALBUQUERQUE, Afonso de. Journalism and multiple modernities: the *Folha de S. Paulo* reform in Brazil. *Journalism Studies*, v. 20, n. 11, London, 2018, p. 6. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1461670X.2018.1528881>>. Acesso em 15 jul. 2023.

²³ É possível observar isso também na abordagem das realidades de outros países periféricos como China e Rússia, cuja realidade também é abordada fundamentalmente a partir da sua relação com os Estados Unidos.

²⁴ Ver ALBUQUERQUE, Afonso de, *op. cit.*

De acordo com Cotrim²⁵, o medo dos jornais não era de uma Cuba guerrilheira, mas de uma Cuba comunista. Em 4 de maio de 1961, a matéria “Nada de dubiedades ante Cuba, país comunista!”, reforçava tal argumento ao trazer para o âmbito midiático nacional o debate que desde o início da década ocupava espaços no Congresso Nacional brasileiro e nas agências de imprensa norte-americanas. A narrativa refletia a apropriação que a política oficial dos EUA fez da “revolução das Américas”, através da apresentação do programa econômico, político e social conhecido como Aliança para o Progresso, na qual se autorreafirma como responsável pela edificação de um hemisfério onde os “homens possam viver com dignidade e liberdade”.²⁶ A proposta ainda deixava claro que a aliança era apenas para “governos livres” e estabelecia que a “liberdade política deve acompanhar o progresso material”.

A matéria de *O Globo*, que veiculou uma declaração do deputado Raul Góis (PTB-Paraíba), “sobre a definitiva comunização de Cuba e a atitude dos brasileiros diante de tão graves acontecimentos”²⁷, retratava as tensões no interior do Brasil ante a aceitação dessa narrativa.²⁸ Era exigida uma “definição de atitudes dos brasileiros de responsabilidade”, porque “agora a República de Cuba é tão comunista quanto a própria U.R.S.S. Estamos numa hora de definições categóricas em face do dilema decisivo para a América Latina: ou a democracia ocidental ou o comunismo”.²⁹

A seguir, o deputado acusava o governo Jânio Quadros de “neutralista” e dizia que os “brasileiros responsáveis” não poderiam continuar apoiando Cuba e seguir negando seu caráter comunista, a despeito de seu disfarce nacionalista: “devem logo dizer que desejam a sovietação do nosso país e do continente nos moldes da República Socialista de Fidel Castro”, pois esse apoio “constitui um monstruoso desafio às fórmulas democráticas e à nossa sensibilidade cristã”.

A partir desse momento, não foi mais aceita, pelo menos no jornal, a ideia de que o afastamento de Cuba teria sido provocado pela incapacidade dos EUA de exercerem seu papel como protetor das Américas e pela necessidade de sobrevivência dos cubanos.³⁰ Em 19 de janeiro de 1962, sob a manchete “A invasão comunista”, *O Globo* alinhava uma outra interpretação sobre a evolução dos fatos relacionados à aproximação de Cuba a novos parceiros político-econômicos, contrastando com a ruptura de relações com o governo cubano por parte de todos os países da América, exceto México. Para *O Globo*, “o seu objetivo [de Fidel] era romper todos os laços econômicos com os Estados Unidos. Conseguindo isso, foi fácil submeter o país ao jugo soviético. Se Cuba estava sozinha, se a agressão norte-americana lhe fechava o caminho do

²⁵ Ver COTRIM, Amanda. Como a imprensa construiu a imagem de Fidel Castro e da Revolução Cubana. *Pragmatismo Político*, João Pessoa, 6 dez. 2016. Disponível em <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/12/midia-construiu-imagem-fidel-castro-revolucao-cubana.html>>. Acesso em 17 ago. 2023.

²⁶ KENNEDY, John Fitzgerald, *op. cit.*, p. 7.

²⁷ Nada de dubiedades ante Cuba, país comunista! *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 maio 1961. Disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com>>. Acesso em 17 ago. 2023.

²⁸ *Idem*. A cronologia dos acontecimentos mencionados aqui é a seguinte: discurso do presidente Kennedy sobre América Latina e proposta da Aliança para o Progresso (março), declaração do caráter socialista de Cuba (abril), exigências de Góis (maio), aprovação da aliança na OEA (agosto).

²⁹ *Idem*.

³⁰ Ver *Diário do Congresso Nacional* (Seção I), ano XV, n. 209, Brasília, 6 dez. 1960.

comércio, o único recurso era aceitar a ajuda da União Soviética. E assim se concluiu a mais ilógica e antinatural aliança política e comercial”.³¹

A premissa trabalhada nessa matéria aponta para uma ação premeditada no rompimento de Cuba com os EUA, que teria como objetivo obrigar o povo cubano a aceitar a “ilógica” aliança com a URSS como alternativa única de sobrevivência. Na mesma matéria, o jornal chamava tal política de “suicida do ponto de vista exclusivamente cubano”. No entanto, ressalta que, “na perspectiva da conquista total da América pelos comunistas, é eficiente e muito perigosa para todo o mundo livre”.³²

Em fevereiro desse mesmo ano, os Estados Unidos haviam imposto oficialmente o “embargo” total do comércio com Cuba, bloqueio que já vinha acontecendo de forma escalonada desde fevereiro de 1959. A política foi justificada por Kennedy como um mecanismo de autodefesa, em prol da segurança nacional e do continente. O bloqueio fazia parte da tentativa estadunidense de pressionar Fidel para “colocá-lo na direção certa”, como tinha sugerido Nixon, quando conheceu o líder cubano, logo no início da Revolução.³³

Segundo Christensen³⁴, a formulação do conceito norte-americano de “assistência democrática” se iniciou na década de 1980, com o então presidente Ronald Reagan e a apresentação do discurso “Promovendo a democracia e a paz”. No seu embalo, pedia-se ao Parlamento britânico o estabelecimento de organizações para frear o avanço ideológico da União Soviética e promover a democracia no exterior. Para nós, no entanto, isso seria tão somente a formalização de um projeto de neocolonização os EUA já vinham praticando na América Latina durante várias décadas, traduzido em operações de mudança de regime como Mangosta (Cuba) e Condor, além da penetração em todas as esferas da sociedade dos países da região, que tinha definido seu perfil moderno com a Aliança para o Progresso (1961-1970).

Após a frustração de diversas tentativas militaristas para derrocar o regime cubano, a constatação de que Cuba não aceitaria a subordinação às políticas norte-americanas e que os EUA não reconheceriam Fidel Castro como liderança importante³⁵, novas narrativas deveriam ser construídas para lidar com a ameaça, agora num plano mais simbólico.

Os jornais internacionais vinculados ao polo ocidental do mundo, dentre eles *O Globo*, para honrar seu papel de defensores da liberdade, não só deviam denunciar a “opressão do regime castrista”, como tinham a obrigação moral de falar em nome do silenciado povo cubano. Dessa maneira, Castro seria construído narrativamente como ditador, traidor dos ideais de liberdade da Revolução e opositor da paz, e os cubanos em geral seriam transformados em vítimas dessa opressão. Esse discurso objetivava apagar a natureza popu-

³¹ A invasão comunista. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1962. Disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 17 ago. 2023.

³² *Idem*.

³³ Cf. CAÑEDO, Elier Ramírez y DOMÍNGUEZ, Esteban Moralez. J. F. Kennedy y la diplomacia secreta con Cuba. *CubaDebate*, La Habana, 19 jan. 2015. Disponível em <<http://www.cubadebate.cu/opinion/2015/01/19/j-f-kennedy-y-la-diplomacia-secreta-con-cuba/>>. Acesso em 17 ago. 2023.

³⁴ Ver CHRISTENSEN, Michael. Interpreting the organizational practices of north American democracy assistance. *International Political Sociology*, v. 11, n. 2, Oxford, 2017, p. 2. Disponível em <<https://doi.org/10.1093/ips/olx013>>. Acesso em 10 ago. 2023.

³⁵ Cf. CAÑEDO, Elier Ramírez y DOMÍNGUEZ, Esteban Moralez, *op. cit.*

lar do processo revolucionário na ilha e reduzir seus acontecimentos à “perversidade de uma mente”.³⁶

Takacs reforça que a construção dramática e o apelo emocional foram mecanismos fartamente utilizados durante a Guerra Fria: “os aparatos de segurança militar e outros se voltaram cada vez mais para formatos dramáticos para atingir os corações do público, em vez de suas mentes”, conseguindo enquadrar nas produções midiáticas uma “visão consensual da Guerra Fria e do papel dos EUA como defensores da liberdade”.³⁷

Isso aparece evidente na veiculação do rompimento do Brasil com Cuba, após o golpe de 1964. A nota oficial, publicada na íntegra por *O Globo* em 14 de maio de 1964, insistia em que, ao se declarar marxista-leninista, o regime de Fidel Castro mostrava que não tinha interesse no “retorno ao convívio das Nações Livres da América”, razão pela qual o Brasil não se submeteria à sua influência ideológica. Parlamentares, militares e personalidades da vida pública brasileira se manifestaram no dia seguinte. Os pronunciamentos foram publicados no jornal sob a manchete “O rompimento com Fidel liga mais o Brasil ao povo cubano”.³⁸ Para o deputado Raimundo Padilha, o rompimento era uma tentativa do governo brasileiro de “restaurar suas relações com o povo cubano. Afastamo-nos dos algozes para nos aproximarmos de suas vítimas”. Em todas as manifestações, foi senso comum que o rompimento era um “imperativo” e uma “atitude natural”, coerente com a “política ocidentalista” e a fidelidade à democracia do “movimento revolucionário vitorioso”.

Após essa ruptura, o número de matérias em *O Globo* envolvendo Cuba sofreu uma sensível queda. Acerca desse tema, Cotrim nos adverte de que toda narrativa jornalística sobre a ilha no Brasil não pode ser compreendida desvinculando-a da ditadura militar (1964-1985) e da memória que ela organizou, de modo direto e indireto, a respeito da Revolução Cubana: “Com a censura, quase nenhuma informação sobre Cuba chegava pelos jornais. Nesse período, o perigo era o inimigo interno: o comunismo. E onde ‘morava’ o comunismo, o perigo vermelho? Em Cuba. Desse modo, a Ilha foi apagada dos jornais. Afinal, proibem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos”.³⁹

Depois da redemocratização do Brasil, a produção jornalística sobre Cuba aumentaria gradativamente. Em *O Globo* da década de 1990 já se observa uma recuperação que se aproxima do número de publicações dos primeiros anos de 1960. Os tempos tinham mudado, mas a preocupação em torno da liberdade e da democracia parecia haver se fortalecido. De qualquer forma, a louvação ideológica da liberdade continuava acompanhando a ideia do progresso, que, visto pelas lentes neoliberais, não poderia ser encontrada no comunismo. A queda do campo socialista seria uma evidência disso.

³⁶ COTRIM, Amanda Barbosa Xavier. *Os discursos sobre Cuba*, op. cit., p. 48.

³⁷ Cf. TAKACS, Stacy, op. cit., p. 8.

³⁸ Ver O rompimento com Fidel liga mais o Brasil ao povo cubano. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 maio 1964. Disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com>>. Acesso em 17 ago. 2023.

³⁹ COTRIM, Amanda Barbosa Xavier. *Os discursos sobre Cuba*, op. cit., p. 45 e 46.

Desmistificação e compaixão: Cuba na mídia dos anos 1990

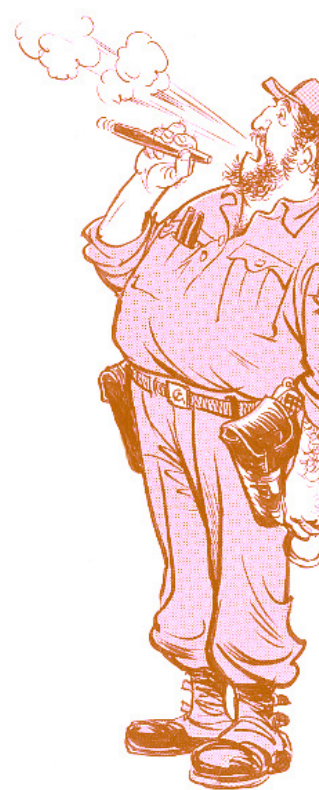
Com a desintegração da URSS, aponta Cotrim⁴⁰, os jornais começaram a especular que chegaria a hora de Cuba também abandonar o comunismo. Em 10 de novembro de 1991, o enviado especial de *O Globo* em Havana, George Vidor, apresentou à opinião pública nacional uma visão de mudança na ilha. Sob a manchete “Cuba já se prepara para o capitalismo”⁴¹, o jornalista comentava sobre a situação no país antilhano e sobre as aberturas econômicas iniciadas como forma de sobrevivência.

Pouco tempo antes, em 8 abril de 1990, a manchete da *Folha de S. Paulo* já tinha mostrado o início das mudanças, com uma perspectiva fatalista: “Cuba é ‘bomba-relógio’ sem hora para explodir”. A matéria anunciava o fim do comunismo no país, que seria consequência da “pior crise desde a revolução”.⁴² Nela se comentava o crescimento do mercado ilegal, a venda clandestina de drogas e se comparava a popularidade de Fidel com a do ex-presidente Fernando Collor de Mello no Brasil. Ainda se salientava que o turismo seria um suicídio para Cuba e que a saída de Fidel Castro da presidência geraria um vácuo gigantesco, que poderia ser aproveitado por uma oposição organizada. Além disso, buscava-se minar concepções que foram peça-chave na sustentação dos ideais revolucionários, como a igualdade de raça, gênero e credo.

Wasserman afirma que “a crítica intermitente ao governo de Fidel Castro nos anos 1990 teve relação com temas que eram específicos da sociedade brasileira, como o retorno à democracia, após 20 anos de regime militar; a reestruturação das esquerdas, depois da anistia; a primeira eleição para a presidência da república, após a ditadura, e o *impeachment* do presidente eleito [Collor] sob acusação de corrupção”.⁴³

Se no passado, como já frisamos, a *Folha* não parecia muito comprometido com a democracia, e até se alinhou ao golpe que originou a ditadura de 1964, nos anos prévios à redemocratização do Brasil, ela desempenhou um papel importante na transição, recuperando “considerável prestígio político”.⁴⁴ Albuquerque refere, ainda, que o reposicionamento do jornal como intérprete político de relevância esteve atrelado às reformas internas promovidas na década 1980, que tinham como referência o jornalismo norte-americano.

Nos anos 1990, as narrativas acerca da Revolução Cubana e da imagem de Cuba foram marcadas pela fragmentação das notícias que ajudaram a consolidar na opinião pública brasileira “os temores das classes dominantes acerca do socialismo”.⁴⁵ A *Folha* atuou decisivamente nesse sentido. Com a reforma, o jornal não pretendia ser um mero porta-voz de grupos político-



⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ Cuba já se prepara para o capitalismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1991. Disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com/>> Acesso em 17 ago. 2023

⁴² Cuba é ‘bomba-relógio’ sem hora para explodir. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 abr. 1990. Disponível em <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso em 17 ago. 2023.

⁴³ WASSERMAN, Claudia, *op. cit.*, p. 64.

⁴⁴ ALBUQUERQUE, Afonso de, *op. cit.*, p. 3. Albuquerque acrescenta que o reposicionamento do jornal como ator político de relevância esteve atrelado às reformas internas promovidas na década 1980, cuja referência básica era o jornalismo norte-americano.

⁴⁵ WASSERMAN, Claudia, *op. cit.*, p. 60.

partidários, mas implementar um programa político que refletisse as inquietações das elites, consideradas como a classe operadora das mudanças na vida social, econômica, cultural e política do país. Para tanto, a agenda política da *Folha* deveria privilegiar a melhora no padrão de vida das pessoas, o apoio à democracia e à liberdade de expressão, bem como a defesa da propriedade privada e das tradições nacionais; questões que, no seu entendimento, extrapolavam em muito os desígnios do governo cubano.

Essa década parece haver estimulado também uma nova relação do jornal com as fontes utilizadas para abordar o tema Cuba, o que de algum modo deu continuidade à busca do apelo emocional implementado pela mídia durante a Guerra Fria, porém agora com maior ênfase na criação de personagens. Teria ficado demonstrado que o tratamento do “povo cubano” como massa indefinida não mobilizava de maneira eficiente o imaginário coletivo. Por esse motivo, quando a abordagem de Cuba não era reduzida à discussão moral da figura de Fidel Castro, a *Folha* realçava as visões de “cidadãos comuns” descontentes ou de “líderes da oposição” e intelectuais “rejeitados pelo regime”. Neste último grupo se situa a publicação, em 3 de março de 1996, do artigo de opinião “A dura lei do castigo exemplar”⁴⁶, escrito pelo conhecido jornalista cubano Guillermo Cabrera Infante, residente fora do país, mas detentor de um lugar de fala legítimo devido à sua produção intelectual e a sua carreira como diplomata. O texto retoma a linha discursiva da violência da Revolução e mostra Fidel Castro como um líder manipulador.

Outra questão interessante na veiculação de narrativas após a queda do campo socialista é o deslocamento discursivo. Se bem que o termo comunismo não houvesse desaparecido das páginas do jornal, ao ficar tremendamente enfraquecida a etapa histórica da Guerra Fria e ao se constatar a ascensão de outras sensibilidades atreladas ao avanço da globalização e do neoliberalismo, ganharam maior reverberação termos relacionados aos conceitos “ditadura”, “autoritarismo” e “totalitarismo”, o que demonstra a capacidade da *Folha* de se adaptar às nuances discursivas hegemônicas.

Nos anos seguintes a 1990, com a introdução dos novos atores da Revolução Cubana, também diminuíram as previsões sobre a queda do regime e adquiriu mais importância a apresentação das dificuldades cotidianas e a migração ilegal (reconfigurada na fala popular como “fuga”), associadas a discursos sobre a erosão das estruturas de poder estatal, de isolamento e de imobilidade. As apostas sobre a superação do regime só voltariam com força nos anos 2000, especialmente após o adoecimento de Fidel Castro.

A memória política e sua manipulação midiática

Admitindo que toda construção narrativa é exposta através de um filtro aspectual, que seleciona aquilo que interessa muitas vezes em detrimento das multiplicidades e complexidades que regem o mundo, é crucial reconhecer o papel das táticas das guerras híbridas, que se valem de ferramentas retóricas para gerar versões discursivas manipuladas. As operações psicológicas,

⁴⁶ CABRERA INFANTE. A dura lei do castigo exemplar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 mar. 1996. Disponível em <<https://bit.ly/30qySOV>>. Acesso em 18 ago. 2023.

incluindo desinformações e informações distorcidas, têm o poder de desencadear uma variedade de consequências, desde uma nova crise de doenças outrora erradicadas pela vacinação até a evasão em massa de crianças de um país.

Essa capacidade de manipulação, moldando percepções e influenciando comportamentos, é especialmente perceptível quando observamos a construção discursiva em torno de Cuba nos jornais brasileiros. Independentemente do grau de consciência dos meios de comunicação sobre seu envolvimento nas estratégias das guerras híbridas, é possível notar certa uniformidade na abordagem. As inquietações expressas pela imprensa brasileira acerca de temas como independência, democracia, regimes comunistas, autoritarismo, relação com os Estados Unidos e evolução política em Cuba são indicativas do papel da mídia como agente transmissor de memórias e interpretações históricas. Afinal, a mídia não apenas relata os eventos, pois também molda a percepção pública, influenciando a maneira como as pessoas entendem e interpretam a realidade política e social, o que não dizer, contudo, que o faça como quem imponha a um receptor passivo suas concepções (rejeições e reapropriações das mensagens, inclusive as midiáticas, compõem o nosso dia a dia).

Seja como for, essa dupla memória – uma política, relativa à interpretação dos eventos históricos, e outra relacionada à própria evolução da prática jornalística – contribuiu para a construção e consolidação de uma narrativa sobre Cuba que geralmente é simplista e polarizada. A simbologia vinculada à traição à democracia é um tema recorrente nessas matérias-narrativas, perpetuando estereótipos e preconceitos que podem distorcer a compreensão da realidade cubana e das relações internacionais mais amplas. No entanto, convém sublinhar, esses discursos não são estáticos nem imutáveis. Eles evoluem ao longo do tempo, refletindo mudanças nas sensibilidades sociais e nas prioridades políticas. Mesmo assim, certos axiomas persistem, moldando a percepção de Cuba e influenciando a forma como outras nações são entendidas quanto aos padrões de democracia e modernidade liberais.

Artigo recebido em 13 de abril de 2024. Aprovado em 31 de agosto de 2024.